

O que a CPI do Orçamento deixou de lado

COMISSÃO POUPOU MIGUEL ARRAES, ROSEANA SARNEY, AS EMPREITEIRAS E O EXECUTIVO.

A CPI do Orçamento chegou perto mas deixou de investigar uma série de irregularidades envolvendo grandes empreiteiras, como a Norberto Odebrecht, órgãos do governo, como a Caixa Econômica Federal e o Departamento de Orçamento da União (DOU), além de políticos, como os deputados Miguel Arraes (PSB-PE) e Roseana Sarney (PFL-MA). Segundo o deputado Luiz Salomão (PDT-RJ), estes últimos escaparam graças a um acordo entre os partidos de esquerda, principalmente o PT, com o grupo do ex-presidente Sarney, que envolveria, ainda, um boicote à CPI da CUT. Até mesmo o relator da CPI, deputado Roberto Magalhães (PFL-PE), apareceu nos documentos apreendidos na casa de um diretor da Odebrecht, como "um dos parlamentares que nos apóiam em troca de ajuda de campanha", mas seu caso também deixou de ser investigado.

Uma das áreas mais citadas durante a CPI como relacionada às irregularidades, mas que ficou fora do inquérito, foi o DOU. Este departamento do Ministério do Planejamento chegou até a ser dirigido por José Carlos Alves dos Santos, o pivô do escândalo do Orçamento, por indicação do ex-ministro da Economia do governo Collor, Marcílio Marques Mo-

reira. O DOU centraliza a preparação e acompanha a execução do Orçamento do lado do poder Executivo e certamente reúne documentos que seriam bastante elucidativos para a investigação.

Contudo, a maior fonte de indícios não explorados pela CPI é constituída pelos 40 quilos de documentos apreendidos pela Polícia Federal na casa do diretor da Construtora Norberto Odebrecht, Aílton Reis, em Brasília. Neles se encontra descrito o esquema de operação das empreiteiras na montagem do Orçamento, e é onde estão os nomes de Arraes, Roseana e Magalhães, além de muitos outros. A operação de busca e apreensão foi solicitada pelo coordenador da subcomissão de Patrimônio, senador José Paulo Bisol (PSB-RS). Os papéis indicaram, logo no início das análises, uma estreita relação entre a empreiteira e os deputados envolvidos na apresentação de emendas ao Orçamento, desde 1989. Mais tarde foram decodificados disques com novas revelações sobre a atuação da empreiteira na confecção do Orçamento de 1992.

No início de dezembro, Bisol divulgou um relatório parcial apresentado à CPI, apenas sobre os documentos da Odebrecht, onde insinuava a existência de um verdadeiro governo paralelo no



Arquivo/AE

Roseana: sigilo mantido.

País, comandado pelas empreiteiras e com a participação de órgãos públicos e parlamentares. Apesar da grande repercussão alcançada inicialmente pelas revelações do senador, a CPI decidiu não explorar esta linha de investigação e se limitou a incluir na lista de suspeitos os parlamentares que apareciam nos documentos ao lado de percentuais, que indicariam supostas propinas. Com isso, evi-



Arquivo/AE

Arraes: Odebrecht.

tou-se o envolvimento de Miguel Arraes e de Roseana Sarney, além do próprio relator da CPI, Roberto Magalhães, classificado pela empreiteira como "parlamentar amigo".

Nos documentos, o nome de Roseana Sarney aparece ligado a uma obra de abastecimento de água para Imperatriz (MA). Consta, ainda, a ocorrência de uma reunião na casa da deputada

para discussão de emendas de interesse da Odebrecht.

Com relação a Arraes, há anotações da empreiteira indicando que ele estaria recebendo um pagamento mensal de US\$ 30 mil, "sendo que o parlamentar solicitou uma parte adiantada deste total", em troca de ações de interesse da Odebrecht. Numa reunião no dia 28 de setembro, a construtora já se preparava para apoiar candidatos do Nordeste nas eleições de 1994. Para os governos estaduais, a empreiteira se dizia "forçada" a participar em apoio a candidatos nos Estados onde estão trabalhando e citou o nome de Arraes. Os objetivos, segundo o documento, eram priorizar os seus projetos em andamento e que terão continuidade no próximo governo e dar liquidez aos seus créditos futuros e passados.

O envolvimento de Roseana coincidiu com a divulgação de uma série de reportagens pelo **Jornal do Brasil** informando que a deputada estaria vendendo imóveis de alto valor, localizados no Rio, comprados durante o mandato de José Sarney na presidência. O jornal denunciou, ainda, a compra por Roseana de uma mansão em Búzios, no Estado do Rio, através de um testa-de-ferro. O **Jornal da Tarde** também publicou que centenas de milhares de

cadernos escolares feitos na gráfica do Senado estavam sendo distribuídos no Maranhão, com a foto da deputada na contracapa, já em preparação para a eleição de 1994, quando ela pretendia candidatar-se ao governo do Estado.

No dia 8 de dezembro, uma "tropa de choque" composta por partidários do ex-presidente Sarney praticamente impediu a aprovação de um pedido de quebra do sigilo bancário de Roseana, apresentado pelo deputado Luiz Salomão à Subcomissão de Emendas. O líder do PDT considerou suspeita uma emenda de Roseana que destinou US\$ 130 mil para a construção da Ponte da Amizade, entre Teresina (PI) e Timon (MA). No dia 14 de janeiro, ele denunciou a existência de um acordo entre o PT e o grupo de Sarney para evitar o depoimento de Roseana, por causa dos documentos da Odebrecht, em troca do boicote do ex-presidente à CPI da CUT. Salomão afirmou que o acordo foi estabelecido logo após o seu pedido de quebra do sigilo bancário de Roseana, que teria sido derrubado também com o apoio do PT. Segundo Salomão, o partido também estaria interessado na preservação de Arraes por causa do acordo eleitoral firmado entre o PT e o PSB para a sucessão presidencial.